

Representações sociais da pedagogia diferenciada da escola Tia Ciata

Regina Garcia Madalen¹

Mônica Rabello de Castro²

Resumo. De 1984 a 1989, houve no Rio de Janeiro uma experiência pedagógica diferente para dar atendimento a crianças de rua. Este artigo apresenta o processo de criação da Escola Tia Ciata e de sua introdução na rede pública do ensino municipal. Apresenta as dificuldades da implantação e as ações de colaboradores que ajudaram na sua superação. Entrevistas feitas pelo Método da História Oral, trinta anos depois da experiência, foram analisadas com o Modelo da Estratégia Argumentativa, para investigar os indícios de representações sociais da pedagogia diferenciada da Escola que motivaram as ações colaborativas dessas pessoas. Os elementos das representações encontrados foram confrontados com resultados de pesquisas do mesmo tema, tendo como sujeitos os professores e alunos da mesma Escola. Os professores evocam essa pedagogia como uma formação profissional importante. Os alunos a colocam como oportunidade de construir uma vida nova. Os colaboradores a significam como ação político-pedagógica de importância para a Educação do país.

Palavras-chave. Menino de rua. Escola Tia Ciata. Representações sociais.

1 Introdução

Os problemas da pobreza e da criança abandonada são crônicos em nosso país. As ruas de nossas cidades estão cheias de crianças que nela vivem. Para compreender essas crianças e suas necessidades, precisamos conhecê-las e para conhecê-las temos de nos aproximar delas. Entre os anos de 1984 e 1989, houve uma experiência diferenciada de escola, uma escola pensada para acolher esses meninos e meninas em situação de rua – a Escola Tia Ciata.

Apresentamos, resumidamente, o processo de criação dessa Escola e de sua introdução na rede pública do ensino municipal. Mostramos o desenvolvimento das estratégias pedagógicas que produziram resultados positivos, mantendo as crianças na

¹ Mestre em Educação PPGE da Universidade Estácio de Sá/Rio.

E-mail: reginagarciamadalen@gmail.com

²Doutora em Psicologia. Docente do PPGE da Universidade Estácio de Sá/Rio.

E-mail: rabellomonica@uol.com.br

escola e ensinando-as a ler, escrever e contar e também inserindo-as no mercado de trabalho. Apresentamos também as dificuldades na implantação da experiência pedagógica e os meios através dos quais essas dificuldades foram superadas. Mostramos a ajuda especializada de que a Escola precisou e que foi prestada por colaboradores cuja intervenção foi fundamental para que a Escola mantivesse o seu funcionamento.

O objetivo da pesquisa foi investigar suas representações sociais da pedagogia diferenciada aplicada na Escola, trinta anos depois da experiência, por aqueles que colaboraram com a iniciativa. A investigação analisou as motivações das ações dos envolvidos na experiência educativa da Escola Tia Ciata, e erigindo um conhecimento útil para os projetos de atendimento a populações excluídas.

2 Crianças nas ruas: evolução jurídica de amparo à infância

A história das crianças nas ruas das cidades brasileiras se confunde com a história mesma do país, que desde o Brasil-Colônia estavam por aí abandonadas – filhos da pobreza, filhos do adultério, filhos da mulher solteira, filhos do ventre livre das escravas³ (LEITE, 2009). O censo urbano publicado em março de 2011 registrou 5.096 meninos e meninas vivendo nas ruas do Estado do Rio de Janeiro. No Brasil, foram contadas 23.973 crianças. No entanto, sabe-se que esse número é bem maior, porque o censo foi realizado apenas em 70 cidades brasileiras – aquelas com mais de 300 mil habitantes (BRASIL, Censo Crianças de Rua, 2011).

A ideia de que investir em crianças abandonadas é pouco lucrativa é bem visível no atendimento de caridade. A criança é considerada *desvalida*, ou seja, desvalorada ou desprovida de seu valor pelo abandono, pela sua condição de fruto de uma união condenada socialmente, ou negra filha de escravos, enferma ou alienada, menino ou menina delinquente, e órfã. É desse período final do século XIX a primeira definição brasileira de “menino de rua”, feita por Manuel Francisco Correia, em 1876, como

³ Lei do Ventre Livre, de 5 de setembro de 1871, determina que a partir de sua promulgação, o filho da escrava seria livre e deveria ser cuidado pelo dono de sua mãe até a idade de 8 anos.

[...] órfãos ou abandonados por pais indigentes e entregues à sua própria sorte, propensos a formar um núcleo de futuros criminosos; por isso a necessidade de se ocupar deles, evitando que se tornem elementos de desordem e perturbação da vida social, mas que sejam operários do progresso nacional (LEITE, 2009, p.76).

Esse ideário negativo sobre as crianças de rua só começa a mudar pelos efeitos da criação de Tribunais de Menores, ocorrido em primeiro lugar em 1899, nos Estados Unidos, seguido pela Inglaterra (1905), Alemanha (1908), Portugal e Hungria (1911), França (1912), Argentina (1921), Japão (1922), Brasil (1923), Espanha (1924), México (1927) e Chile (1928). A criação desses tribunais representa a consolidação do princípio de que também as crianças são detentoras de direitos (SOARES, 2004).

Depois da Segunda Guerra Mundial, o final da década de 1940 é marcado pelo processo de marcha pelos Direitos Humanos, destacando-se, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, pela ONU. Em 20 de novembro de 1959, onze anos depois, a ONU produz a Declaração dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil, que vem a ser um marco no ordenamento jurídico internacional, relativo aos direitos da criança. Ainda que dominados pela cultura da tutela, os países serão influenciados por essa legislação, que marcará o início da nova concepção da criança como sujeito do processo, titular de direitos e obrigações próprios da sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento (SOARES, 2004).

As pesquisas sobre a situação da criança abandonada, a partir de meados da década de 70, passam a ter um cunho investigativo da realidade das crianças como produto das camadas pobres e miseráveis da população. As informações coletadas por inúmeras pesquisas realizadas nesse período levaram à debacle muitos dos mitos que se sustentavam sobre o menor abandonado e que serviam à manutenção das políticas autoritárias, pela manutenção da pior imagem das crianças (RIZZINI; RIZZINI, 1991).

De menores *abandonados* que necessitavam da caridade e da intervenção assistencial do Estado, chegou-se ao reconhecimento de que havia no país milhões de crianças atingidas pelas mazelas da pobreza imposta às suas famílias em virtude da política social injusta vigente no país (RIZZINI; RIZZINI, 1991, p. 70).

Apesar dessa efervescência política e cultural, o Brasil ainda estava sob regime autoritário militar e em 1979, o segundo Código de Menores do país ratifica a figura jurídica do Código de 1927, que classifica o menor de rua como *menor em situação*

irregular, necessitado da proteção do Estado. No entanto, na década de 80, o Brasil seria palco de inúmeros movimentos ligados aos Direitos Humanos e aos Direitos da Criança e do Adolescente, destacando-se entre eles o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e os grupos de discussões que elaboravam políticas públicas adequadas ao enfrentamento dos problemas da infância pobre. Esses grupos viriam a usar o Código de Menores de 1979 como um conjunto de referências do que precisava ser combatido. Em 1983 – sendo parte de toda a resistência política que se desenrolava no país desde a década de 1970 – surgiram iniciativas educacionais de cunho experimental, que se destinavam a prestar atendimento às populações pobres e desassistidas. Dentre essas iniciativas estava a Escola Tia Ciata, que viria a se tornar um exemplo do sucesso da aplicação de metodologias diferenciadas, adaptadas às características das crianças pobres e excluídas, que viviam nas ruas da Cidade do Rio de Janeiro (RIZZINI; RIZZINI, 1991).

Finalmente, todas essas discussões e movimentos a favor da defesa da criança como sujeito de direitos, culminaram na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990. Muito do que foi discutido pode ser confrontado com o Código de Menores de 1979, para explicitação e divulgação da mudança paradigmática havida no pensamento sobre a realidade da pobreza no Brasil (SOARES, 2004).

A legislação do ECA é considerada até hoje a melhor que o país já teve nessa área, porque possui sua base nos direitos humanos e contempla o princípio assumido em 1899, nos EUA, com a criação do primeiro Tribunal de Menores do mundo, de que as crianças também são detentoras de direitos – que vem a ser a origem de outros institutos presentes no próprio ECA e em outras diversas leis já criadas para o fim de fazer respeitar os direitos de crianças e adolescentes – refletindo a consideração de que as crianças e os adolescentes são *pessoas em desenvolvimento* e que todos os aspectos que participam dessa condição – físicos, intelectuais, emocionais etc., devem ser observados (CASTRO, 2014).

3 A criação da Escola Tia Ciata: ajuda especializada

Em dezembro de 1983, Darcy Ribeiro, Secretário de Programas Especiais do Estado do Rio de Janeiro, apresentou um documento com 19 metas gerais do Programa

Especial de Educação - PEE, para serem discutidas por professores e profissionais do ensino público. Essas metas eram de várias naturezas, desde a recuperação física das escolas e a distribuição de material escolar e merenda (inclusive uniforme escolar), até a assistência médico-odontológica para os alunos e treinamento e reestruturação de carreira para professores. Foram também ações da época, a separação dos alunos do primeiro segmento do ensino fundamental dos alunos do segundo segmento – da primeira à quarta e da quinta à oitava séries, respectivamente, a criação das Casas da Criança e dos Centros Culturais Comunitários e a Educação Juvenil com atendimento noturno para jovens de 14 a 20 anos, e, ainda, a revisão de todo o material didático e o reforço adicional de horas de aula, para aumentar o rendimento escolar (BOMENY, 2008).

À época da criação do PEE, havia-se constatado – por meio de uma pesquisa de indicadores sociais do IBGE, que, além dos meninos e meninas de rua, mais de 1 milhão de jovens acima dos 12 anos podiam ser considerados *analfabetos funcionais*, ou seja, “sabiam desenhar o próprio nome ou ler símbolos presentes nas ruas e nos anúncios publicitários, mas eram incapazes de receber qualquer mensagem ou informação escrita”. Darcy Ribeiro, à frente do PEE, compreendeu a necessidade de elaboração de um Projeto de Educação Juvenil, “em uma escola diurna e noturna para crianças de rua e adolescentes analfabetos ou atrasados nos estudos, moradores de favelas do Rio de Janeiro. A ideia era atuar no centro do problema da adolescência pobre: a falta de escolaridade como um obstáculo ao mundo letrado” (Site Escola Tia Ciata: uma aventura pedagógica).

Os jovens que se queria atender com o PEE, tinham sido enfileirados num mesmo grupo, a princípio, de adolescentes analfabetos funcionais ou atrasados nos estudos, que preferencialmente seriam recebidos em escolas noturnas para facilitar a sua necessidade de trabalhar durante o dia. No entanto, a realidade mostrou jovens cujas vidas não acompanhavam nenhum tipo de padrão, mas se desenrolavam na insegurança permanente sobre o dia de amanhã, situação altamente desgastante, muito diferente do conceito, agora evidentemente romântico, do jovem esforçado que trabalha de dia e estuda à noite, arrimo de família (CASTRO, 1986).

Os meninos que vieram para a escola eram “pivetes”, “menores”, “trombadinhas”, “marginais”, que viviam nas ruas, e por esses nomes que os marcavam, percebe-se que já tinham sido decretados incorrigíveis e afastados da escola padrão. Suas vidas eram mesmo

feitas nas ruas, e a escola de educação juvenil que estava se formando assumiu que precisava funcionar durante o dia, para recebê-los, para que eles tivessem para onde ir, para substituir na escola o tempo gasto nas ruas. Além disso, propor-se a investigação de melhores práticas para evitar a sua evasão (CASTRO, 1986).

Outra postura fundamental para o sucesso da proposta pedagógica foi não considerar o aluno, previamente, como deficiente mental, nem carente nutricional, ou afetivo, porque admitir isso seria repetir a representação comum do magistério público referentemente às crianças oriundas de camadas pobres da população, e seria também concordar com a ideia de que o fracasso escolar do aluno se devia a esses fatores. Dessa atitude de abandonar as ideias de incompetências físicas e psicológicas dos alunos, decorreu assumir que o propalado “fracasso escolar” não era dos alunos, mas da escola (LEITE, 1991).

Ficou claro que a pedagogia de ensino surgiria do confronto diário da instituição, dos professores e dos alunos. Por esse motivo é que se propôs o *treinamento em serviço*, necessário para subsidiar os professores na preparação de suas aulas, para manter o pressuposto da iniciativa educativa, que era realizar a alfabetização sem cometer ações que levassem os alunos à evasão (LEITE, 1991).

O currículo e o método de avaliação foram criados para uma escola não seriada, com terminalidade na 4ª série do ensino fundamental, o que significa dizer que a escola tinha um currículo mínimo que preparava o aluno para fazer a prova para a 5ª série do ensino fundamental. Foram criadas *fichas de avaliação* através das quais o aluno era acompanhado individualmente em sua trajetória e avaliado pelos conteúdos que demonstrava ter assimilado. A asseriação permitia que os alunos fossem encaminhados de acordo com os conteúdos mínimos. Essa proposta foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, com o parecer positivo de sua presidente, professora Myrthes Wenzel:

[...] torna-se, portanto indispensável que os educadores, usando de toda a criatividade de que são capazes, partam para propostas que atendam a especificidade da clientela e que sejam, ao mesmo tempo, elementos de promoção social dos alunos e das comunidades [...] é extraordinária a tentativa da Escola Tia Ciata, uma escola diferente, que chega ao aluno, penetrando em seu mundo, respeitando-o e procurando socializá-lo no sentido de torná-lo cidadão capaz de compreender direitos e deveres dentro de comunidades livres (CEDERJ, 1987, p.4).

A orientação metodológica era diferenciada, reconhecendo o aluno como base e sujeito de sua aprendizagem, o que significava considerar como contexto para as aulas as suas vivências, histórias de vida e expectativas. A grade curricular, concebida para sediar o currículo mínimo, baseava-se em dois grandes eixos – língua portuguesa e matemática, mas o conteúdo sobre o qual se ensinava a ler, a escrever e a contar era a história, dividida em três perspectivas, que se interrelacionavam: a história do Brasil, oficial, presente nos livros escolares; a história do cotidiano, observada nos jornais, na televisão e na informalidade da comunicação comum; e a história de vida dos alunos, trazida em suas próprias narrativas. Um pouco de estudos sociais e geográficos completava o objetivo de localizá-los no espaço da cidade, do país e do mundo (ABREU; LEITE; CASTRO, 2010).

No início de 1988, o Decreto Municipal 7553, de 13 de abril, garantiu a autonomia da Escola Tia Ciata, reconhecendo a sua pedagogia diferenciada da pedagogia das demais escolas da rede pública municipal. Daí em diante, a proposta pedagógica teria de ser acatada como oficial e os diplomas concedidos aos alunos passavam a ter valor diante de quaisquer outras unidades de ensino do país, públicas ou particulares.

O Art. 2º do Decreto autoriza a Direção da Escola a criar ou desenvolver a metodologia e a organização administrativa mais adequada para o melhor desempenho da Escola, ou seja, necessárias à consecução do fim de alfabetizar meninos e meninas de rua e outros que apresentem características sociais semelhantes. Essa liberdade dada à Escola Tia Ciata foi o reconhecimento de que essas populações são diferentes e que, portanto, precisam de um tratamento diferente daquele comumente dispensado a classes de alfabetização nas escolas da rede municipal de ensino. Trata-se de respeitar a tipicidade dos educandos, conhecendo suas necessidades e aplicando os métodos de melhor conveniência. É o que está consignado na expressão “metodologia e organização administrativa diferenciadas do regime comum da rede oficial” (RIO DE JANEIRO, 1988).

Outro ponto digno de nota, do Decreto Municipal 7553 está no “Art. 5º. A matrícula na Escola de Educação Juvenil Tia Ciata poderá ocorrer em qualquer época do ano letivo, não sendo necessário pré-requisito a apresentação de documentos”. A eliminação da apresentação de documentos foi colocada no Decreto, para divulgar, sem sombra de dúvidas, que as mudanças desejadas não seriam afastadas com resistências veladas. Todo

mundo sabe que as crianças e adolescentes de rua ou em situações sociais muito precárias não têm documentos e a maioria delas nunca foi registrada. Foi também uma maneira de estabelecer a seriedade da iniciativa educativa que a Escola se propunha.

Em complementação, foi iniciado um trabalho conjunto com órgãos públicos, sensibilizando-os a abrir estágios remunerados e qualificação profissional pela prática, para os alunos da escola, a fim de evitar que eles fossem cooptados pela facilidade de obtenção de recursos através da criminalidade.

Diante da necessidade de arranjar para os alunos trabalhos que lhes rendessem algum dinheiro e ao mesmo tempo os preparassem para o mercado de trabalho, foram conseguidas junto à Comlurb, 50 vagas de garis-mirins, para a limpeza da própria Passarela do Samba e junto à Riotur, 40 vagas para o trabalho de guias-mirins turísticos da própria Passarela (MOTA, 2014). A escola disponibilizou uma equipe que se ocupava diretamente das questões do trabalho. Eram professores que, após discussões da diretoria colegiada, formaram um setor da Escola que acompanhava o desempenho das crianças no ambiente de trabalho.

À medida que os alunos iam se adaptando ao regime de trabalhar e estudar, muitos outros meninos e meninas vieram, querendo se matricular na Escola, o que fez com que os coordenadores percebessem que o interesse era maior na oferta de emprego do que propriamente nas aulas. Esse acontecimento do afluxo de meninos e meninas de rua, que queriam trabalhar e vinham para a Tia Ciata, evoluiu o pensamento da equipe coordenadora, no sentido da constatação de que não era suficiente, e podia ser até mesmo pernicioso, a criação de formas marginais de sobrevivência para eles.

Nossa proposta, de fato, seria fazê-los compartilhar com trabalhadores do mercado formal, fosse numa fábrica de aprendizes de mão de obra na construção civil, numa fábrica de equipamentos de limpeza urbana etc. (LEITE, 1991, p.189).

O caso é que o atendimento a crianças pobres e atrasadas nos estudos, tanto no que se refere à alfabetização quanto à preparação para o trabalho é comumente exercido por pessoas de boa vontade, mas que não estão imbuídas da ideia de *escolarizar* nem *profissionalizar* de fato, esses indivíduos, mas apenas de ajudá-los a ficar na escola o tempo suficiente para habilitarem-se à leitura e à escrita de pequenos bilhetes ou de instruções de manuais técnicos ou de alguns documentos simples como uma certidão de

nascimento, enfim, uma instrução básica somente, que lhes permita encontrar empregos simples. Pior ainda para os meninos de rua, para quem se arranjavam trabalhos de ambulantes, para a venda de balas, bananadas e chicletes, porque para esse trabalho não exigiam deles nem que estivessem limpos e calçados. Dessa realidade decorria que esse “trabalho alternativo” não lhes ensinava nada a respeito do comportamento necessário para serem aceitos socialmente e encontrar uma oportunidade de superar aquela sua condição (LEITE, 1991).

Logo se viu, que seriam necessários aportes de muitos tipos, de muitas pessoas e empresas, nacionais ou estrangeiras, de organizações civis ou de colaboradores independentes, para que se criassem alternativas reais de escolarização e letramento dos meninos e também de sua profissionalização, em configurações resolutivas de sua situação de pobreza. Sendo assim, o apoio dos colaboradores da escola foi fundamental para que ela existisse e garantisse um funcionamento diferenciado das demais escolas (LEITE, 1991).

A colaboração de jornalistas, como Carlos Nobre e Israel Tabak, que divulgaram e defenderam publicamente a iniciativa de trabalho da Escola Tia Ciata, elevando o status da escola e incentivando até o aporte financeiro para a compra de merenda escolar para os alunos, durante a greve de professores de 1987, quando a escola obteve do comando de greve uma autorização para funcionamento excepcional, dada a sua clientela, mas não recebia merenda. A divulgação do trabalho da Escola foi parte do motivo de seus coordenadores serem indicados como educadores habilitados a contribuir na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (LEITE, 1991).

Na culminância dos esforços pela consolidação da iniciativa pedagógica proposta, a construção de um prédio exclusivo para a Escola Tia Ciata, na Praça Onze foi solicitada pelo então Prefeito Saturnino Braga ao BNDES, que realizou a obra em seis meses, permitindo a inauguração da Escola de Educação Juvenil Tia Ciata, em agosto de 1988. Até aquele ano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico era somente BNDE. Na esteira dos movimentos sociais dos anos 1980, estavam em curso, desde 1979, estudos sobre a proposta de incluir um “S” no nome do banco e passar a atender também, às solicitações de empréstimos da sociedade civil brasileira, quando se tratasse de evidente criação de valor público e social. O diretor da Área Social do BNDES, à época, era o

economista e professor Carlos Lessa a quem também citamos aqui como colaborador da Tia Ciata.

Infelizmente, com todo o sucesso obtido pela iniciativa pedagógica diferenciada da Escola Tia Ciata, no ano de 1989 a equipe coordenadora da escola foi exonerada por motivos políticos. Receberam memorandos da Secretaria Municipal de Educação devolvendo-as às suas escolas de origem, descaracterizando assim as especializações pedagógicas estabelecidas para aquela unidade escolar. Em pouco tempo, os antigos padrões coercitivos inúteis tinham sido restabelecidos e a escola passou a ser uma escola comum da rede municipal de ensino (LEITE, 1991).

5 O aporte da teoria das representações sociais

As teorias nascidas das ciências humanas e sociais do século XX se inserem em um mundo complexificado pelo aumento populacional e pelos avanços tecnológicos. Um dos conceitos que se convoca para tomar parte nessas teorizações é o de Representação. Émile Durkheim, chamado “pai da Sociologia”, propõe a noção de Representações Coletivas, para explicar os mitos, os dogmas das religiões e as ideias controladoras impostas por modelos culturais rígidos através das gerações. Essas representações são realidades exteriores ao indivíduo e constrangedoras das suas ações e têm a função de preservar o vínculo entre os indivíduos, prepará-los para pensar e agir de modo uniforme (Castro, 2014).

Serge Moscovici inspirou-se na noção de representações coletivas para a concepção de sua Teoria das Representações Sociais, porém buscou ampliar a noção de representação coletiva, buscando dar conta de fenômenos específicos das sociedades contemporâneas. Considerou que havia uma enorme diferença entre o mundo do século XX e o mundo a que se referia Durkheim e propôs “considerar como um fenômeno o que era antes visto como um conceito” (MOSCOVICI, 2010, p. 45). Moscovici admite que as representações coletivas cumprem com a função de manutenção das instituições, de forma a preservar a sociedade de mudanças que possam desestabilizar o sistema social. As sociedades pré-modernas eram mais isoladas umas das outras e com relações

de poder mais determinadas, exercendo maior pressão coercitiva sobre seus membros, disponibilizando pouco espaço para questionamentos.

O fato de a sociedade atual ter características bem diferentes fez Moscovici refletir sobre os aspectos mais dinâmicos e mais específicos desses conjuntos sociais mais complexos. As sociedades contemporâneas, além de serem maiores em termos quantitativos, desenvolveram formas diferentes de comunicação, em função do desenvolvimento das tecnologias de comunicação, que permitiram uma aproximação entre sociedades com diferentes crenças, valores e visões de mundo. Hoje, existem interesses conflitantes entre grupos que detêm diferentes níveis de poder. Assim, hoje os indivíduos estão expostos a um grande número de informações contraditórias, o que traz a necessidade de reavaliação constante suas concepções a respeito dos objetos do mundo. Este fato teria como consequência uma maior rapidez nas transformações das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2010).

Representações sociais são pensamentos, crenças compartilhadas, que orientam e justificam práticas comuns. As representações sociais não são conhecimentos formais, como se definem os conhecimentos elaborados pela ciência. Elas têm especificidade, são aprendizados, cognições, pois estão intimamente relacionadas às ações do cotidiano. Podemos dizer que o sujeito tem como referência para a sua ação representações sociais formadas com seus grupos e em contrapartida, o efeito dessas ações nas práticas cotidianas também regula essas representações sociais. Como construções compartilhadas por um conjunto de pessoas, as representações sociais comportam quem representa, os próprios grupos, e aquilo que é representado, os objetos que estão disponíveis e são relevantes para os grupos.

6 A metodologia da história oral e o modelo da estratégia argumentativa

O método da História Oral consiste em recolher, através de depoimentos de pessoas que participaram desses eventos passados, a maior variedade possível de versões, que permitam reconstruir o passado, trazendo-o para o presente. Trazer as marcas da conjuntura política e social da época e compará-las com a conjuntura atual.

Observar quem era o indivíduo que relata, àquela época, através da observação das apreciações que ele faz hoje, a respeito dos acontecimentos que se deram e, se durante esse tempo, o seu pensamento mudou e ele condena ou reafirma os acontecimentos relatados. Para valer-se desse método, o pesquisador deve compreender que uma pessoa que fala, o faz munido de todas as suas memórias, afetivas e cognitivas e que esse conjunto de vivências é que imprime os significados à sua narração (ALBERTI, 2004).

Aproximar-se o mais possível dos fatos de uma época, trabalhando sobre histórias contadas por pessoas, requer que o pesquisador tenha em mente que não é o homem que cria a sociedade em que vive e nem é a sociedade que o determina, unicamente, mas ambos, em *raport* permanente, constroem-se mutuamente, na interação sujeito-outro-objeto. Essa consideração nos permite compreender que os modos sociais de ser e de agir são usados por todos porque são compreendidos por todos e porque os significados que são construídos na vivência em grupo são simbolizados em certos comportamentos, certos modos de falar e em certas exibições de crenças e valores que o grupo compartilha. A história humana é a história das construções simbólicas dos diversos grupos sociais que compõem a humanidade (GUARESCHI, 2012).

As histórias colhidas para esta pesquisa foram contadas por pessoas que participaram da criação da Escola Tia Ciata e, durante esse processo, contaram também a sua história pessoal, ou parte dela, aquela parte que a tornou parte daquele grupo que trabalhou pela implantação daquela experiência pedagógica. As memórias dessas pessoas vão vindo, ao longo das entrevistas e misturam o seu percurso profissional e o seu envolvimento com esses ou aqueles movimentos sociais, o que por fim mostra que eles são mais do que indivíduos com ideias. Representam um conjunto de pessoas com um conjunto de ideias, valores e crenças. Essas memórias foram convocadas em entrevistas diretas e foram interpretadas neste trabalho.

Para a análise dos discursos dos entrevistados, utilizamos o Modelo das Estratégias Argumentativas – MEA -, que foi desenvolvido para a investigação de processos discursivos e comunicacionais em Educação. O objetivo é compreender as interações entre grupos e no interior deles, significados veiculados em seus diálogos, e em quaisquer outros ambientes educativos (CASTRO, 2013). O MEA baseia-se na Nova Retórica, de Chaïm Perelmam e Olbrechts-Tyteca (2002), que atualiza o

conhecimento sobre técnicas dos discursos persuasivos, recorrendo às ideias aristotélicas. Analisa manifestações de um orador que discursa para influenciar o pensamento de um auditório.

A teoria da argumentação concebe que os seres humanos usam a linguagem para além de simplesmente solicitar a satisfação de suas necessidades imediatas ou comunicar a ocorrência de um evento do interesse particular ou do geral, mas também como o meio de participar das interações sociais e influir nas convenções de conduta que se formam, se desmancham e se reformam, permanentemente na vida cotidiana. A argumentação pode ser entendida como uma lógica própria das interações do dia a dia. A argumentação é feita através de uma linguagem comum, cujos significados são compartilhados e, por isso, podem ser compreendidos. O MEA foi construído com base nesse aspecto da interação humana (CASTRO, 2015).

Da Teoria da Argumentação, o diálogo típico para a aplicação do MEA é aquele que apresente uma ou mais controvérsias, já que se considera que ninguém argumenta contra o que é evidente ou contra aquilo com o que concorda. No entanto, as controvérsias podem estar implícitas e, nesse caso, é necessário um tratamento metodológico capaz de revelar as discordâncias ocultas e as reais intenções do locutor com o discurso apresentado (CASTRO; BOLITE-FRANT, 2011).

O MEA considera a argumentação segundo duas vertentes principais: a primeira se refere à argumentação que ocorre nas conversas entre as pessoas, na interação viva do dia a dia; a segunda é a vertente da argumentação que ocorre quando um pesquisador vai analisar a fala de alguém, situação na qual ele vai interagir com os processos argumentativos do interior do texto do outro, a fim de interpretá-lo e depois defender a interpretação que propõe. Para realizar essa tarefa o MEA propõe uma ação em dez passos:

1º) a leitura exaustiva do material; 2º) a constituição do corpus de análise, que é um recorte da totalidade da fala, que é escolhido de acordo com os objetivos da pesquisa, como também a descrição da atividade laboral dos sujeitos; 3º) a localização das controvérsias; 4º) a enunciação das teses do locutor; 5º) a busca dos argumentos utilizados pelo sujeito para sustentar a sua tese; 6º) a aplicação da *tipologia de análise para os acordos e para os*

*argumentos encontrados*⁴, com o objetivo de fazer emergir a dinâmica do diálogo; 7º) a montagem de esquemas resumindo a forma como o sujeito organizou o seu discurso; 8º) a interpretação; 9º) a busca pelas evidências da interpretação; 10º) a submissão dos resultados a critérios de validação prestigiados (CASTRO; BOLITE-FRANT, 2011, p.23).

O uso do MEA coloca-se como pertinente para a análise das entrevistas colhidas para a presente pesquisa, porque os argumentos oferecidos pelos nossos entrevistados para sustentar as suas teses, revelam suas representações sobre os tópicos da pesquisa, através das negociações dos significados linguísticos apresentadas nos seus discursos.

7 Análise de entrevista: representações de Ana Jansen

A pesquisa realizada foi construída com o concurso de seis entrevistas de colaboradores importantes da Escola: o político Saturnino Braga, a professora Ana Jansen, o professor Paulo Carrano, o gerente Henrique Rodrigues e os jornalistas Carlos Nobre e Israel Tabak. Aqui apresentamos parte da entrevista de Ana Jansen, analisada para a investigação de suas representações da Escola Tia Ciata, como amostra da forma como a pesquisa foi conduzida e seus resultados produzidos.

Ana Jansen era uma das assessoras da Secretaria Municipal de Educação, à época da criação da Escola Tia Ciata, no Rio de Janeiro. Como pensadora da Educação, soube avaliar a dimensão política e social que a implantação de uma escola com uma pedagogia diferenciada poderia promover de benefícios para o país, com a alfabetização e o letramento de milhares de jovens que estavam atrasados em seus estudos, que eram analfabetos funcionais ou que carregavam a pecha de deficientes mentais.

Sendo assim, trabalhou na viabilização do plano da inserção da Tia Ciata na rede pública municipal de ensino, colocando à disposição da Escola os mesmos recursos humanos e materiais que eram concedidos às outras escolas da rede. Além disso, pela admiração que tinha pela proposta de trabalho, divulgou de muitas formas a experiência

⁴ “Acordos” são premissas que o locutor crê aceitas pelo seu auditório e delas se utiliza para apoiar a sua argumentação. São “relativos ao real” se tiverem status de *verdades, fatos ou presunções* e, “relativos ao preferível”, se referirem-se aos valores e hierarquias nas quais estão se apoiando. “Argumentos” são afirmações que o locutor faz, com base nas premissas (acordos) que ele supõe para seu auditório, usando-as para engendrar sua argumentação por *exemplo, por comparação, por oposição* etc.

pedagógica que estava sendo desenvolvida lá e essa divulgação foi feita também no exterior, junto aos mais conhecidos organismos não-governamentais ligados à Educação, inclusive aqueles da defesa dos direitos humanos, como a Anistia Internacional, na época dos assassinatos de meninos e meninas de rua, em várias cidades do Brasil.

As falas de Ana Jansen são entusiasmadas pela consecução dos fins de alcançar todas as crianças do país com a alfabetização e a ressocialização, que ela vislumbra ser possível através da rede pública ensino, com o desenvolvimento de pedagogias adequadas às diversidades culturais existentes. Os esforços de Ana Jansen, apoiando a iniciativa da Escola Tia Ciata, foram forças que levaram as ideias de pedagogias diferentes para alunos diferentes às discussões havidas para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, para as quais foram convocadas as mentoras da Tia Ciata.

A entrevista que Ana Jansen concedeu a Ligia Costa Leite apresenta-se como um bate-papo entre pessoas que conhecem bem um mesmo assunto e que conversam com muita naturalidade sobre ele, dispensando algumas formalidades dispersar dos pontos principais da pesquisa. Foi possível perceber que, por causa disso, existe uma certa indução da conversa pela entrevistadora, que era uma das mentoras da iniciativa. Sua preocupação, visível, estava em exaltar o caráter vitorioso da proposta. Sua interlocutora, Ana Jansen, manteve-se dentro dessa perspectiva, aceitando o direcionamento da entrevistadora. Para compreender essa aceitação, devemos lembrar que esses sujeitos, quando falam da experiência da Escola Tia Ciata, estão falando de sua própria prática e a tendência é, exaltando a experiência, exaltar também o seu próprio trabalho.

A questão sugerida para a entrevistada foi “de que modo a pedagogia da Escola Tia Ciata atendia às necessidades diferenciadas dos meninos e meninas de rua”.

A professora apresenta como Tese integralizada do seu pensamento de que “é preciso dar atendimento diferente para quem é diferente”.

Ana Jansen explica que não é fácil sustentar essa Tese, porque há uma reação violenta do senso comum entravando a multiplicação de experimentos do tipo da Escola Tia Ciata e, também, porque há as diferentes orientações políticas dos chefes de governo,

que não compartilham de propostas para a escolarização dos grandes contingentes de jovens marginalizados e iletrados que existem no país.

Eu acho que falta vontade, falta a aplicação. Falando da minha área de planejamento, falta planejamento. Você pode fazer, tem que definir prioridades, caminhar na forma com os recursos que tem, acoplando sempre o orçamento como um instrumento de planejamento [...] e ainda tem muitas crianças nas ruas, que precisam desses projetos [...] e a escola comum não os recebe...

Percebe-se, no depoimento da educadora, que a luta contra a representação de que não há salvação para essas crianças é uma luta que já foi bem mais difícil, mas que não se obteve ainda a vitória do pensamento diferente, que poderia transformar a realidade da pobreza geral no país. Para ela, no entanto, houve alguns avanços.

Ana Jansen aborda um ponto especial para aumentar a compreensão de todos a respeito do que é dar um atendimento diferenciado para quem necessita dele. Ela esclarece que o mote da “escola universal, igualitária” aporta a imagem de que todas as escolas deveriam receber todo tipo de aluno e misturá-los nas turmas sem levar em conta as interferências naturais da heterogeneidade no processo de aprendizagem. O senso comum, que orienta o posicionamento da sociedade em geral, não especializada no assunto da organização escolar, recusa a ideia de que uma coleção de indivíduos com características cognitivas e comportamentais muito diferentes possa constituir um “grupo”. Ana Jansen explica que o desigual precisa ser tratado como tal, até que absorva, gradativamente, a cultura que o cerca e compreenda melhor a sua posição naquele grupo. Os conceitos usados no discurso sobre diferenças e igualdades não se referem ao mesmo objeto. A diferença é na pedagogia, a igualdade é nos direitos.

É porque não é possível tratar o desigual duma maneira igual, até para que ele possa no momento..., para ele ser incluído nesse primeiro momento ele tem que ser tratado de forma desigual. Por isso ele tem que ser trazido para o processo no qual você vai caminhar, depois, para uma escola universal e democrática.

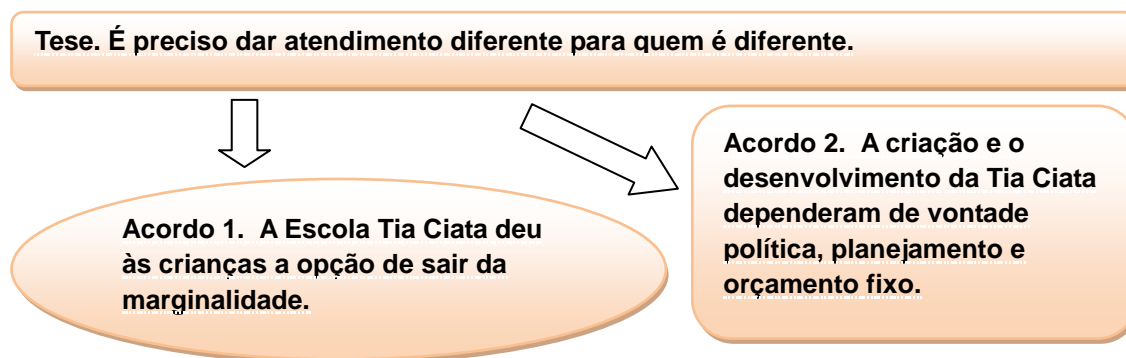
Esclarece que a Escola Tia Ciata cumpria essa primeira etapa de tratar os desiguais adequadamente, daí o sucesso da experiência, referindo-se ao fato de que houve muitos meninos e meninas escolarizadas,

Mostra que houve um sucesso, né?! E que se isso tivesse sido ampliado em escala (refere-se à implantação progressiva da pedagogia na rede pública nacional de ensino), você teria essa escala e esse sucesso dez vezes mais.

Quanto aos significados que para Ana Jansen trouxeram as atividades e a proximidade com os meninos e meninas de rua da Escola Tia Ciata, sente-se que ela reafirma o sucesso da empreitada porque acha que houve avanços significativos nas representações sobre as crianças de rua, como consequência daquele trabalho.

Mas a mensagem que eu gostaria de deixar é que foi uma experiência tão importante, a da Tia Ciata [...] na minha vida foi importante..., mas foi a partir dessas experiências que se discutiu o Estatuto para a Infância e a Adolescência, que se perdeu essa visão de que essa criança que estava na rua era bandido, que não tinha salvação.

Abaixo, uma representação abrangente do posicionamento de Ana Jansen:



O Acordo 1 é classificado como fato, porque foi um acontecimento daquela realidade. A ligação do Acordo 1 com a Tese é um Argumento que pelo exemplo que deu certo funda a expectativa positiva por uma nova realidade na qual está incluída uma nova possibilidade para se lidar com o problema da marginalidade de crianças. Desde que várias crianças foram retiradas da marginalidade pela aplicação das estratégias pedagógicas construídas no trabalho da Escola Tia Ciata, tal acontecimento poderá se dar novamente, bastando para isso que se observem as medidas adotadas pela Escola para produzir aqueles resultados.

O Acordo 2 é sobre a importância dos detalhes do planejamento necessário para se criar, incluir e manter uma escola da rede pública de ensino, principalmente uma escola especializada como a Escola Tia Ciata. Então, esse Acordo refere-se aos atos que

deram oficialidade à Escola e que são parte irrecorrível da realidade. O Argumento que liga esse Acordo 2 à Tese é fundado nessas estruturas da realidade, em procedimentos que são meios para se atingir um fim.

Para Ana Jansen, que representa toda criança como capaz de ser escolarizada, a multiplicação de projetos de alfabetização e letramento em todo o país só depende do posicionamento político adequado daqueles que detém poder e influência para deflagrar esses processos.

As representações evocadas por Ana Jansen referem-se sempre ao caráter de desigual das crianças, tendo como consequência uma pedagogia diferenciada para atender a essa desigualdade. Uma desigualdade de ser, acarretando uma igualdade de direitos. A pedagogia é referida como uma necessidade de fazer face à desigualdade para alcançar uma igualdade. Essa discussão está remetida, na literatura, à discussão da inclusão, tão em voga ultimamente em função das mudanças na lei.

8 Discussão dos resultados e considerações finais

No processo de análise das entrevistas, duas instâncias do pensamento dos entrevistados ficam evidentes e revelam que existe uma semelhança na base de sua formação, que é a opção pelo trabalho com as causas sociais.

O conjunto das análises das entrevistas mostra que os sujeitos representam com expressão equivalente os termos investigados.

Quadro 1 - Resumos dos discursos dos seis entrevistados

	A pedagogia diferenciada da Escola Tia Ciata	Os alunos da Escola Tia Ciata	O significado da Escola Tia Ciata
Saturnino Braga	Adequou-se à realidade de vida dos alunos.	Conseguiram mais liberdade dentro da escola.	Impediu a cooptação da criança pela criminalidade.
Ana Jansen	Deu atendimento diferente para quem era diferente.	Mostraram que toda criança tem capacidade de aprender.	Dava às crianças a opção de sair da marginalidade.
Paulo C. Carrano	Mostrou que toda criança é capaz de aprender	Mostraram que a rede pública de ensino é para as crianças brasileiras.	Trouxe para a sala de aula as experiências de vida dos alunos.
Henrique Rodrigues	Inseriu os meninos e meninas no mercado de trabalho.	Provaram que aceitam regras de conduta.	Mostrou-se gratificante para muitos que trabalharam com eles.

Carlos Nobre	Foi uma proposta renovadora, que visava à cidadania.	Estavam empolgados porque queriam aprender.	A Escola foi inserida na rede pública de ensino.
Israel Tabak	Aumentou a produtividade de escolarização das crianças marginalizadas.	Eram diferentes, mas a comunicação com eles era possível.	A Tia Ciata foi uma política social educativa para crianças marginalizadas.

Fonte: entrevistas coletadas.

Vê-se que todos eles representavam positivamente as possibilidades de escolarização dos meninos e meninas de rua, desde que algumas práticas diferenciadas contemplassem as necessidades diferentes que eles tinham, se comparados ao aluno comum da rede pública de ensino do país.

Porém, é bom lembrar que dentro de um grupo social que comunga de muitas crenças e valores, nem todos do grupo têm a mesma opinião. Representações sociais não são meras opiniões, mas estruturam uma rede de relações entre significados que organizam o conhecimento sobre um objeto. É por isso, que não podemos afirmar que a representação positiva do político entrevistado para a pesquisa, a respeito dos meninos e meninas de rua, seja uma representação compartilhada por seus companheiros de profissão, ou que as representações dos jornalistas da pesquisa sejam compartilhadas por toda a classe de jornalistas.

O que se pode afirmar, a respeito da atuação desses colaboradores da Escola é que eles comungavam dos mesmos valores e crenças, relativamente à pedagogia desenvolvida na Escola Tia Ciata, porque ajudaram na implantação da experiência pedagógica e posteriormente confirmaram suas expectativas positivas quando viram os meninos ficando na escola, mudando atitudes e alfabetizando-se. E assim, conhecendo melhor os meninos, notaram que se podia conversar com eles e que eles aceitavam regras.

Na comparação com os resultados obtidos pelas duas outras pesquisas sobre a experiência da Tia Ciata, encontra-se também, fortemente, o sucesso da pedagogia aplicada, revelada pelas representações positivas de professores e alunos sobre ela.

O estudo de Uchôa (2013) mostra que houve um ganho expressivo para os professores da Escola, porque sendo a tarefa de lidar com os meninos de rua muito especializada, o “treinamento em serviço”, que receberam, foi-lhes muito útil para a sua prática profissional subsequente. Relatam também outros aspectos facilitadores do

processo ensino-aprendizagem como turmas pequenas, planejamento semanal de aulas, coordenação por disciplinas, currículo mínimo e asseriado, participação ativa de todos da comunidade escolar, que eram a própria pedagogia diferenciada funcionando como aporte para superar os problemas dos alunos e aumentar o nível do aprendizado.

No estudo de Mota (2014), lêem-se as declarações daqueles meninos e meninas – que hoje são homens e mulheres feitos, significando a sua estada na Tia Ciata como crucial para as mudanças que se operaram em suas vidas. Para eles, o resultado foi encontrar colocação no mercado de trabalho – o que dizia respeito à sua sobrevivência e à sua preparação para o futuro – e serem aceitos socialmente. Suas representações aparecem, linguisticamente, através das palavras “oportunidade”, “trabalho”, “família”, “mãe”, “acolhimento”, “relacionamentos”. A metáfora utilizada foi “refúgio”, significada através do sentido de família e das relações de afeto, relacionando a Escola com a figura de mãe.

Comparando as representações de professores, alunos e colaboradores, sobre a pedagogia implementada pela Escola Tia Ciata, é síntese:

Os professores representaram a pedagogia da Escola como um instrumento necessário para o enfrentamento dos problemas dos meninos e para a realização de sua escolarização. Citaram, principalmente, os elementos: turmas pequenas, currículo mínimo e asseriado, apoio no planejamento das aulas e envolvimento de todos da comunidade escolar.

Os alunos representaram a pedagogia da Escola como responsável por sua colocação no mercado de trabalho – o que diz respeito à sua sobrevivência e à sua preparação para o futuro, e responsável por sua reintegração à sociedade – como fruto do suprimento de uma lacuna relacionada à família, realizado pela forma como eram tratados na Escola.

Os colaboradores representaram a pedagogia da Escola como capaz de escolarizar os meninos e meninas de rua, porque ela estava baseada na premissa de que as crianças são detentoras de direitos. Consideraram a inclusão da Escola na rede pública do ensino municipal como uma estratégia política de grande significado social,

Existe, portanto, grande distância entre as representações do grupo de colaboradores, do de professores e do de alunos. As representações dos colaboradores se expressaram quase que como uma militância política, fruto de ideais fortemente desenvolvidos ao longo de suas vidas. A positividade atribuída ao conteúdo nomeado pelo termo “pedagogia diferenciada”, no entanto, aparece no discurso de todos.

Sobre a experiência da Escola Tia Ciata já existem vários registros: o site chamado “Escola Tia Ciata: uma aventura pedagógica” reúne fotos, entrevistas, notícias sobre a escola, publicadas nos jornais da época. O conjunto desses registros sobre a pedagogia proposta pela Escola Tia Ciata é parte de um esforço de multiplicação de conhecimentos sobre metodologias diferenciadas, capazes de atender às múltiplas necessidades das crianças brasileiras, como continuidade de um programa de trabalho que demonstrou resultados positivos.

Socials representations of the different pedagogy of the Tia Ciata School

Abstract. Between the years 1984 and 1989, happens in the city of Rio de Janeiro, a different pedagogic experience to give attending children that live in the streets. This paper presents the process of the creation of the Tia Ciata School and their introduction in the municipal public network of the teaching. To present the difficulties of implantation and the acts of the collaborators that help to overcome the situation. Interviews to made through the Oral History Method, thirty years after the experience, were analyzed through the Argument Strategies Method to investigate the signs of socials representations of the pedagogy of the School that caused his trusting acts. The elements of the representations founded were confronted with results of researches about the same theme with the teachers and students of the same School. The teachers call this pedagogy how an important professional instruction. The students like an opportunity to build a new life. The collaborators to maintain it how an important politic and pedagogic action to the Education in the country.

Keywords. Street Kids. Tia Ciata School. Social representation.

Representaciones Sociales de el diferenciamento pedagogico de la Escuela Tia Ciata

Resumen. Entre los años de 1984 y 1989, sucedió en la ciudad de Rio de Janeiro, una experiencia pedagógica diferente para dar atendimento a niños de la calle. Este artículo presenta el proceso de creación de la Escuela Tia Ciata y de su introducción en la red pública de la enseñanza municipal. Presenta las dificultades de la implantación y las acciones de personas que han ayudado en su superación. Entrevistas llevadas a cabo por lo Método de la Historia Oral, treinta años después de la experiencia, fueron analizadas por lo Modelo de la Estrategia Argumentativa, para investigar las indicaciones de representaciones sociales de la pedagogía diferenciada de la Escuela, que ha motivado la colaboración de esas personas. Los elementos de las representaciones encontrados fueron confrontados con resultados de investigaciones sobre lo mismo tema, con profesores y alumnos como sujetos de las pesquisas. Los profesores evocan esa

pedagogia como uma formación profesional importante. Los estudiantes la sienten como una oportunidad de construir una nueva vida. Las personas que ayudaran la Escuela la significan como una acción político-pedagógica de grande importância para la Educacion del país.

Palabras Clave. Niño de la calle. Escuela Tia Ciata. Representaciones sociales.

Referências

- ABREU, Marta; CASTRO, Mônica Rabello de; LEITE, Lígia. Projeto de Pesquisa **Os herdeiros da Tia Ciata**: uma experiência de educação com meninos de rua. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.
- ABREU, Marta; CASTRO, Mônica Rabello de; LEITE, Lígia Costa. Site **Escola Tia Ciata**: uma aventura pedagógica. Disponível em: www.escolatiaciata.com. Acesso em: 14/07/2014.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BOMENY, Helena. **Salvar pela escola**: programa especial de educação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- BRASIL/SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Pesquisa Censitária Nacional sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua**. Secretaria de Direitos Humanos (SDH)/Instituto de Pesquisa de Opinião (IPO), 2011.
- CASTRO, Cláudia Rabello. **Fogueira de Vaidades. A retórica na assistência à criança e ao adolescente**. Curitiba: Appris, 2014.
- _____. A confrontação retórica como técnica de coleta de dados para análise da montagem da estratégia argumentativa – MEA – nas pesquisas de representações sociais de grupos homogêneos. In: CASTRO, M. R. **A análise estratégica da comunicação**. Rio de Janeiro: Marsupial, (no prelo).
- CASTRO, Mônica Rabello. **O avesso da lógica**: aspectos da relação ensino-aprendizagem na Escola Tia Ciata. 134 p. Dissertação (Mestrado em Educação). PUC-Rio. Rio de Janeiro, 1986.
- _____. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: Marsupial, 2013.
- CASTRO, Mônica Rabello de; BOLITE-FRANT, Janete. **Modelo da estratégia argumentativa**: análise da fala e de outros registros em contextos interativos de aprendizagem. Curitiba: UFPR, 2011.
- CEDERJ – Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Parecer 406/87.
- GUARESCHI, P. O que é mesmo psicologia social? Uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. In: JACÓ-VILELA, AM., e SATO, L., (Org.). **Diálogos em psicologia social [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012, p. 25-45. Disponível em <http://books.scielo.org>. Acesso em: 10/06/2015.
- LEITE, Ligia Costa. **A magia dos invencíveis. Os meninos de rua na Escola Tia Ciata**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. **Meninos de Rua**: a infância excluída no Brasil. 5. ed. São Paulo: Atual, 2009.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Traduzido para o inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MOTA, Ana Paula Simões da. **Representações sociais da pedagogia diferenciada da Escola Tia Ciata por ex-alunos**. 154p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2014.

PERELMAM, Chaim. **O império retórico. Retórica e Argumentação**. 2. ed. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2002.

RIO DE JANEIRO. Decreto Municipal 7553. Transforma a Escola Municipal Tia Ciata em ESCOLA DE EDUCAÇÃO JUVENIL TIA CIATA e dá outras providências. 12 de abril de 1988.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. “Menores” institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de oitenta. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. **O trabalho e a rua. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1991.

SOARES, Janine Borges. **A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica**. Dissertação de Mestrado em Ciências Criminais. Rio Grande do Sul: PUC/RS, 2004.b. Disponível em: [www.revistadigitalmultidisciplinar](http://www.revistadigitalmultidisciplinar.com.br). Acesso em: 25/10/2014, às 20:12 horas.

UCHÔA, Ana Lúcia Muniz Baptista. **Representações sociais da pedagogia diferenciada da Escola Municipal Tia Ciata por seus professores no período de 1983 a 1989**. 157p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro: 2013.

Recebido em março de 2016.

Aprovado em junho de 2016.